
NOTAS E COMENTÁRIOS

Persp. Teol. 19 (1987) 217-232

OS DESAFIOS ATUAIS DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA MORAL*

Eduardo López Azpitarte S.J.

A moral clássica de nossos manuais

O mundo da moral gozava em nossos manuais de uma plena harmonia, na qual todos os elementos ficavam perfeitamente encaixados dentro de um corpo doutrinal perfeito e sem rupturas. A lei eterna se manifestava na lei natural que ensinava ao homem as normas concretas de seu comportamento. Nos casos de conflito entre exigências opostas, outros princípios gerais vinham solucionar as aparentes contradições: legítima defesa, princípio de totalidade, cooperação material e formal em situações sem saída, o duplo efeito, e até o emprego da virtude da epiquéia. Se, apesar de tudo, ficavam dúvidas sobre a liceidade de um comportamento, sobre o qual não havia unanimidade de critério entre os autores, os sistemas morais ofereciam uma saída definitiva para deixar a consciência tranqüila. Nesses casos, podia-se seguir qualquer opinião que fosse mais ou menos provável, segundo os defensores de cada posicionamento. A dúvida que pudesse ficar seria conseqüência da ignorância — facilmente superável pela consulta —, ou de um estado de consciência patológico designado como escrúpulo ou perplexidade.

Para o cristão havia, além disso, outro ponto de apoio para garantir a firmeza e objetividade de seus juízos. A fé encontrava na revelação um ensinamento ético, desconhecido e incompreensível para o não crente que não chegaria nunca, por essa falta de iluminação sobrenatural, ao conhecimento completo de todos os valores morais. Certos conteúdos éticos se consideravam exclusivos da moral cristã, e até se defendia que, sem a ajuda da fé, que aceita a Deus como fundamento e motivação última do universo ético, não era possível uma vida honesta.

Também a este nível religioso, o cristão encontrava na Igreja uma saída clarificadora para a interpretação e aplicação concretas da doutri-

* Conferência pronunciada em um encontro de jesuítas dedicados ao cultivo das ciências. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, outubro de 1986. O texto conserva o estilo próprio a uma palestra. Só foram acrescentadas as notas ao pé da página (*NdR*).

na revelada. O magistério eclesiástico goza de uma assistência especial do Espírito para propor as exigências da lei natural — por sua importância e vinculações com a economia da salvação —, com uma firmeza e obrigatoriedade diferente, segundo o tipo de ensinamento utilizado, mas que, pelo menos para alguns, podia alcançar o caráter de doutrina infalível, sem excluir tampouco a possibilidade de uma declaração solene. Ainda no caso do magistério ordinário — o mais utilizado e freqüente — a obediência e a submissão de juízo era uma obrigação, que comportava uma série de exigências mais ou menos profundas, segundo as diversas épocas e os diferentes autores.

Daf a divisão tradicional entre a moral e a ética. Esta última encontraria sua base e fundamento na razão humana para descobrir os valores acessíveis a partir de uma ótica puramente filosófica, ao passo que a moral buscaria na palavra de Deus, tal e como é interpretada pelo magistério da Igreja, o ponto de partida e a fonte principal de sua reflexão. Uma disciplina teológica, que se valesse da razão na análise posterior, o fazia só como ajuda supletória. A filosofia, como *ancilla theologiae*, ficava sempre subordinada às exigências mais altas e sublimes da revelação. A natureza decaída do homem, apesar da recriação operada por Cristo para vencer as conseqüências do pecado, impossibilitava a tentativa de uma autonomia moral, que quisesse buscar sua justificação à margem da fé.

Rumo a uma nova apresentação: abandono do casuísmo

Não quero que ninguém veja nesta síntese caricatura, ironia ou desprezo. Estou consciente da dificuldade de descrever, em poucas palavras, o rosto da moral anterior, sem os muitos matizes que seriam necessários, principalmente tratando-se de uma tradição que teve vigência e validade em épocas anteriores e contribuiu com sua riqueza à praxis humana e cristã. Mas ninguém poderá negar tampouco que essas foram as linhas fundamentais da moral que muitos estudamos, e inclusive não seria difícil encontrar na bibliografia recente autores que continuam defendendo esses mesmos pressupostos, ou que exigem uma volta a eles para superar a crise e confusão que hoje existe no campo da conduta humana¹.

¹ No último Sínodo sobre a reconciliação e a penitência se chegou a pedir, por parte de Mons. Kpondro (Togo), como um remédio para superar a crise e o confusionismo ético, a tradução às principais línguas do clássico manual AERTNYS-DAMEN-VISSER, *Theologia Moralis*, comprometendo-se os bis-

As críticas que desde diversos ângulos das ciências se têm levantado contra essa configuração da moral, tiveram forte influência na renovação desta disciplina, que havia ficado marginalizada, segundo o Vaticano II, do esforço dinâmico por adequá-la aos tempos presentes. Qualquer um que conheça um pouco a abundante produção bibliográfica em artigos e monografias sobre temas concretos e as tentativas realizadas nestes últimos anos com a publicação de vários manuais compreenderá facilmente o novo empenho que distingue a reflexão de hoje da de épocas anteriores².

À margem de possíveis diferenças nas soluções de certos problemas ou no estabelecimento de alguns pressupostos — que explica o maior pluralismo existente na Igreja mesmo —, não seria difícil encontrar alguns denominadores comuns, que poderiam ser resumidos em poucos traços como abandono do casuísmo e superação de uma moral infantil e de uma moral parenética.

Desapareceu a apresentação orientada principalmente para a prática da confissão, que buscava sobretudo a pecaminosidade das condutas e sua maior ou menor gravidade. A finalidade primária dos *Livros penitenciais* e da *Suma de confessores* estava retroativamente presente em nossos manuais clássicos, que pretendiam também a preparação do confessor para o sacramento da penitência. Daí sua insistência em torno ao pecado e a falta de conteúdo evangélico, porque o único que impor-

pos à aquisição de um determinado número de exemplares para reparti-los entre seus sacerdotes. Sem chegar a tais extremos, não cabe dúvida que muitas das discussões atuais sobre determinados problemas — ética autônoma ou moral de fé, fundamentação deontológica ou teleológica, especificidade da moral cristã etc. — refletem, no fundo, o desejo de voltar ao tradicional para evitar os perigos atuais. Cf. um resumo desta problemática em S. BASTIANEL, *Autonomia morale del credente. Senso e motivazioni di un'attuale tendenza teologica*, Morcelliana, Brescia, 1980. AA.VV., *The Distinctiveness of Christian Ethics*, Paulist Press, New York 1980. Mais breve em H. GÜNTHER, "Fe en Dios y razón autónoma. Discusiones sobre la moral autónoma", *Selecciones de Teología* 24 (1985) 138-143.

² Basta recordar a abundância de textos escolares publicados durante estes últimos anos, principalmente na Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França e Itália. Para citar os conhecidos em português: F. BÖCKLE, *Moral Fundamental*, Loyola, São Paulo, 1984. E. LÓPEZ AZPITARTE e outros, *Praxis Cristã*, 2 vol., Paulinas, São Paulo, 1983 e 1984. M. VIDAL, *Moral de atitudes*, 3 vol., Editora Santuário, Aparecida 1977-1980. Sobre a reflexão ética na América Latina, R. MILIANDI, "Trayectoria y sentido de la ética en el pensamiento latinoamericano", *Cuadernos Salmantinos de Filosofía* 5 (1978) 354-375. E no Brasil, mais em concreto, C. J. SNOECK, "La théologie morale au Bresil aujourd'hui", *Studia Moralia* 19 (1981) 51-64.

tava era não chegar ao pecado mortal. A espiritualidade, como disciplina teológica diferente, se encarregaria de propor outras exigências superiores que não apareciam de forma alguma nos livros de moral.

Com isto tampouco quero negar o valor pedagógico do método casuístico, utilizado hoje em grandes universidades para o estudo de diferentes ciências, mas o estudo da moral não pode ficar reduzido a ele, porque o privaria de todo o dinamismo, riqueza e densidade que deve estar presente na vida humana. A moral tem que ser a ciência que busca com plenitude a realização do homem, embora compreenda e analise as muitas condicionantes que dificultam ou impossibilitam alcançar esse projeto.

Superação de uma moral infantil: autonomia e racionalidade

Uma segunda característica se manifestaria no esforço em dotar a moral de uma fundamentação racional, que a torne aceitável a um mundo que defende, a todo custo, sua autonomia e secularidade. A ética da Igreja se valeu, com muita frequência, de um recurso exagerado ao argumento de autoridade. As afirmações bíblicas ou os ensinamentos do magistério sobre a moralidade de uma conduta eram suficientes para fundamentar determinada valoração.

Sem negar o valor da autoridade e da obediência correspondente, é preciso rechaçar esse tipo de argumentação, bem próximo a uma moral nominalista, na qual a bondade ou malícia de uma conduta depende de que esteja prescrita ou proibida pela autoridade. Manter tais esquemas levaria à aceitação de uma conduta infantil que, se sabe como tem que atuar e comportar-se, ignora por completo as razões dessa conduta. Hoje o homem nega, com todo o direito, tal colocação do problema. A necessidade de uma certa autonomia para alcançar, também neste campo, uma vida adulta requer o conhecimento das razões que justificam a valoração ética de cada conduta³.

A moral não pertence ao âmbito da fé, que exige a aceitação de mistérios incompreensíveis à razão humana — ainda que razoáveis por

³ O problema se coloca, sobretudo, em relação ao magistério da Igreja para ver a competência e autoridade de seu ensinamento no campo da ética racional. Cf. E. LÓPEZ AZPITARTE, "Ética y magisterio de la Iglesia", *Proyección* 27 (1980) 23-31, (resumido em *Selecciones de Teología* 21 [1982] 326-328). AA.VV., *The Magisterium and Morality*, Paulist Press, New York 1982. X. THÉVÉNOT, "Magistère et discernement moral", *Études* 362 (1985) 231-244, (resumido em *Selecciones de Teología* 25 [1986] 113-118). B. LEERS, "Moralistas e magistério", *REB* 45 (1985) 520-560 e 706-738.

seus pressupostos, uma vez admitida a autenticidade da revelação —, se não que forma parte das realidades humanas, que encontra na própria racionalidade explicação adequada. Se a autoridade é necessária, entre outras coisas, porque não é possível sempre chegar a um conhecimento completo, tem que se fazer também digna de crédito e saber dar os argumentos suficientes, quando o indivíduo quiser viver com convicção pessoal. Todos, pois, têm direito a perguntar pelas razões de um comportamento, e a autoridade, em seus diferentes níveis de ensinamento, a obrigação de responder a tais questões. Santo Tomás tinha insistido nessa necessidade quando afirmava que “aquele que evita o mal não por ser um mal, mas por estar prescrito, não é livre”⁴. E a moral teria que fomentar essa liberdade, maturidade e autonomia.

Superação de uma moral parenética

Por isso, hoje não se aceita tampouco um discurso puramente parenético, que só traz estímulo, palavra de ânimo, convite, relembrando que se viva em coerência com o já aceito. Não se trata, portanto, de provar nenhuma afirmação, mas de animar a ser conseqüente com a verdade conhecida. A parênese tem, pois, uma importância extraordinária e cumpre com uma função imprescindível na práxis do homem. Todos sabemos por experiência que não basta saber — a maiêutica de Sócrates não é suficiente, se no conhecimento não existe uma dimensão sedutora —, requer-se uma dose de vontade e estímulo para sermos também coerentes. A parênese se vale, então, de todos os recursos possíveis, que afetam a sensibilidade para despertar o entusiasmo e o ideal de realizar o bem e evitar o mal previamente reconhecidos e aceitos. Mas fica completamente artificial e até contraproducente, quando já se pressupõe uma convicção anterior que ainda não se conseguiu ou é de fato insuficiente. E não sei até que ponto esta confusão entre o normativo e o parenético não está latente em muitos discursos éticos⁵.

Neste sentido, creio francamente que algumas das críticas, dificuldades e desafios, lançados contra a moral a partir das perspectivas das diversas ciências, ficaram em parte superados. Uma metodologia

⁴ *In epistolam II ad Corinthios*, cap. III, lect. III, em *Opera Omnia*, Vivès, Paris 1876, t. 21, p. 82. Cf. também P. VALADIER, “La philosophie dans la théologie morale”, *Laval théol. et philos.* 42 (1986) 159-166.

⁵ Cf. W. WOLBERT, “Parenesi ed etica normativa”, *Rivista Teol. Morale* 13 (1981) 11-39, e “La confusione fra parenesi ed etica normativa”, *ib.*, pp. 227-236.

mais científica e um diálogo com os dados oferecidos por todas as ciências tornaram possível a recuperação desta disciplina, que tinha alcançado nos ambientes universitários impressionante nível de desprestígio. Apesar de que ainda fica no inconsciente coletivo a imagem mais tradicional e pejorativa, com toda a dose da agressividade e rechaço que provoca, a experiência me confirmou que, com esta nova orientação, sua palavra é recebida com respeito e estima, inclusive nos âmbitos mais opostos e radicais. Purificar essas falsas imagens latentes supõe ainda um esforço grande e continuado, mas não há dúvida de que começamos uma etapa nova, cheia de esperanças.

Os dois desafios fundamentais

Este otimismo, objetivo e constatado pelos que conhecem algo da renovação da moral, não elimina a consciência de outros desafios, que continuam pesando sobre o fenômeno da moralidade. As dificuldades não vão só contra um tipo determinado e concreto, mas contra a possibilidade científica da própria moral, ou, pelo menos, contra a existência de uma valoração normativa que possa ser válida para todos os tempos e culturas. Um duplo desafio, lançado também desde uma perspectiva científica, que elimina a moral do campo das ciências (problema metaético da fundamentação), ou lhe nega caráter absoluto e vinculante (problema da normatividade).

Em qualquer das duas hipóteses não há espaço para a moral no mundo científico, porque ou não se pode encontrar nenhuma justificacão para sua existência objetiva, no primeiro caso, ou seus juízos normativos carecem de validade, já que não se pode aplicá-los em todas as circunstâncias, no segundo. A impossibilidade, portanto, de comprovar com a experiência o fato moral, ou de verificar suas conclusões com critérios universais despojam a moral de uma adjetivação científica.

É significativa a divisão, mantida por muitos filósofos, para explicar de outra forma a diferença entre ética e moral⁶. A ética, como verdadeira ciência, estudará os diferentes sistemas morais ao longo da história, analisará o pensamento de cada autor, discutirá a interpretação mais lógica quando várias são possíveis, buscará as fontes, influências, aspectos comuns, etc. para ter um conhecimento objetivo, com os métodos próprios da análise histórica, do que se fez ou pensou sobre a conduta humana. Mas a moral, como conjunto de valores que orientam a

⁶ Assim, por exemplo, A. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, *Ética*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978³.

vida concreta do homem, pertence ao âmbito da pura subjetividade, sem nenhuma base objetiva. Qualquer tentativa, portanto, de dar-lhe um estatuto científico deveria ser rechaçada pela ciência, como uma violação externa de seus critérios epistemológicos próprios. Sobre estes desafios, que me parecem os mais fundamentais e que abrangem outros mais secundários, quero centrar minha reflexão. Procurarei apontar uma resposta. O diálogo posterior entre os cientistas e o moralista propiciará sem dúvida outros complementos e um enriquecimento mútuo para ambas as perspectivas.

O problema metaético: a verificação dos juízos morais

Um dos postulados básicos para aceitar a objetividade de um fenômeno é a possibilidade de verificá-lo com a experiência. Hoje só se crê e admite o que é possível verificar cientificamente através de observações, análises, experiências, confrontações, ou de conclusões obtidas racionalmente, por dedução ou indução, destas verdades empíricas. Como os juízos éticos de valor resistem a essa verificação, não podem considerar-se científicos. Sua origem fica explicada por outros fatores diferentes, já que não tem nenhuma justificação real. Todas as teorias não-cognitivas têm, pois, este denominador comum: a impossibilidade de um juízo ético objetivo. É a célebre e repetida "falácia naturalista", quando da existência de um fato empírico — Pedro dá esmola a um pobre —, deduzimos uma conclusão ética que escapa a toda comprovação — logo, Pedro é bom —. Seria dar um passo do ser ao dever ser, que não tem nenhuma lógica científica, mas é motivado pela emoção, sentimentos ou decisões pessoais⁷. Pode-se provar que a água ferve a 100° — toda pessoa sensata admitirá essa conclusão e poderá comprová-la —, mas seria absurdo impor a todas as pessoas uma temperatura determinada para tomar banho.

Desta forma, não se nega a existência da moral. Muitos desses autores não terão dificuldade em admiti-la e até em defender sua utilidade. É compreensível que, frente ao mistério da vida, o homem busque dar-lhe sentido e opte por uma solução que lhe ajude a encontrá-lo. É o

⁷ J. BOUVERESSE, "A teoria e a observação na filosofia das ciências do positivismo lógico" em F. CHATELET (dir.), *História da Filosofia*, Zahar, Rio de Janeiro 1974, vol. 8. pp. 71-123. Sua aplicação ao Brasil em A. PAIM, *História das idéias filosóficas no Brasil*, Grijalbo, São Paulo, 1967, pp. 192-208. Interessante também o livro de E. AGAZZI, *A ciência e os valores*, Loyola, São Paulo, 1977.

ideal de buscar uma saída que responda a seus desejos mais pessoais e com a qual quer comprometer-se. Trata-se de uma decisão respeitável, porque afeta o mundo mais íntimo da pessoa, mas não se deve exigir de ninguém opção semelhante, porque não tem nenhuma base real. A moral seria uma tentativa de transmitir aos demais as próprias emoções frente a determinados comportamentos, de conseguir a adesão dos outros ao projeto que cada um se criou, mas, faltando-lhe a experimentação científica, constituiria uma injustiça condenar os que valoram e se comportam de maneira diferente. Qualquer outra valoração goza do mesmo grau de "racionalidade" subjetiva e merece o mesmo respeito.

Os valores, em última análise, são fruto de um processo emotivo ou o resultado de uma decisão⁸. Ninguém, portanto, poderá impor o qualificativo de bom ou mau à conduta de outra pessoa. Ainda que se deseje que todos compartilhem os próprios ideais éticos, não existe nenhuma razão objetiva para impô-los. O que, a partir da própria subjetividade se considera ilícito, acaba sendo perfeitamente moral para outro indivíduo. Aqui também se poderia dizer que gosto não se discute. O relativismo é a única postura sensata. As preferências éticas podem manifestar-se em condutas contraditórias.

Um ponto de partida diferente e irreconciliável

Temos que reconhecer que o diálogo com os defensores desta teoria não-cognitiva, tanto no campo da filosofia da linguagem como no mais prático das ciências experimentais, não pode chegar a nenhum tipo de acordo. A partir de uma perspectiva contrária, que aceita a existência e objetividade dos valores éticos, podemos tentar uma fundamentação da moral, como exigência que brota das próprias estruturas antropológicas do homem que nasce como um ser desbaratado e desajustado, incapaz de se reger por suas próprias pulsões; como uma necessidade psicológica para encontrar um critério último que oriente as múltiplas decisões da vida, que configure e possibilite a integração e identidade pessoal. A fenomenologia do valor descobriria por outro lado, que seu chamado silencioso e constante responde precisamente ao desejo que o ho-

⁸ Entre a abundante literatura sobre estas teorias, cf. M. SANTOS, *Ética y Filosofía analítica*, Pamplona, 1975. J. S.-P. HIERRO, *Problemas del análisis del lenguaje moral*, Madrid, 1970. Um resumo breve e completo em R. GINTERS, *Valor, norme e fede cristiana*, Marieti, Casale Monferrato 1982, pp. 170-181. A incompatibilidade deste relativismo metaético com a fé em B. SCHÜLLER, "Dezisionismus, Moralität, Glaube und Gott", *Gregorianum* 59 (1978) 465-510.

mem tem de se realizar como pessoa, que é como um eco externo de outro grito interior que o convida, respeitando sua autonomia e liberdade, a se comportar de uma forma concreta, quando descobre que é o melhor caminho para a convivência, a justiça, a dignidade pessoal, etc. A história confirmará, apesar do pluralismo existente, que todas as épocas e culturas exigiram determinada moral, e que, ao menos em certos critérios mais evidentes e universais, se chega a acordo comum, que paulatinamente se amplia e enriquece.

Nesse itinerário percorrido, que se poderia completar com diversas considerações, não haveria discrepância. Ao fim e ao cabo, trata-se de realidades objetivas e verificáveis, que existem e se experimentam, e que constituem o objeto científico da ética, mas, ao final, a explicação última continuará sendo diferente. Enquanto para alguns a moral responde a uma verdade objetiva — o que é bom para o homem existe e pode ser conhecido, apesar dos erros e dificuldades —, para os outros é consequência de um contágio afetivo, de vivências e decisões pessoais, que os homens também compartilham, mas que não se podem demonstrar.

O valor da experiência: uma dupla interpretação

O problema radica, como facilmente se comprova pelo que ficou dito, em admitir que a única racionalidade possível é a científica e verificável, ou que também existe outro tipo de racionalidade diferente. Se o empírico é real, também aceitamos outra forma de realidade, que nem sempre é demonstrável com instrumentos de laboratório ou com a metodologia de outras ciências empíricas. No fundo, tudo dependerá do significado e amplitude que se atribua ao termo "experiência"⁹. Uma redução tão drástica, como a que se operou hoje em certos ambientes "científicos", esbulhará de valor objetivo a outra série de experiências que são, justamente, as que encerram maior conteúdo e riqueza humana.

Certamente o conhecimento de um valor ético é mais complexo e difícil que o de uma mera realidade empírica. O sentimento e a sensibilidade formam parte dele, como estímulo e condição prévia, que levam a uma reflexão posterior para compreender o "valor" de uma conduta em vista a uma dignificação progressiva da pessoa, ou como obstáculo e impedimento para esse objetivo. Um conhecimento que requer também

⁹ Um estudo completo sobre este conceito e suas diferentes interpretações em S. PRIVITERA, *Dall'esperienze alla morale. Il problema "esperienza" in Teologie morale*, Edi. Oftes, Palermo 1985.

uma verdadeira decisão para comprometer-se com algo que se defronta, muitas vezes, com outras exigências mais agradáveis e sensíveis da mesma pessoa, mas de uma importância secundária para sua realização total. Quando em um compartimento determinado percebemos esse conteúdo humano que o dignifica, a passagem do ser ao dever não é ilógica, porque na realidade que observamos — no caso anteriormente proposto, “Pedro dá esmola” — descobrimos um acréscimo de humanismo — que a solidariedade, por exemplo, entre os homens é melhor que o egoísmo —, e daí deduzimos que Pedro é bom.

Não é agora o momento de fazer uma fenomenologia do valor para analisar com maior exatidão sua natureza, as condições para captá-lo, e os critérios que serviriam para superar os riscos da subjetividade e do possível erro, que nem sempre se poderão eliminar¹⁰. A postura de uma ciência meramente empírica está clara: tudo o que transcende a realidade não encontra justificação científica, enquanto para nós é possível também outro tipo de racionalidade objetiva. A discussão não acabaria nunca. Estamos frente a um problema metaético, no qual todos temos que reconhecer a importância dos próprios sentimentos para optar por qualquer das duas alternativas, ainda que, para alguns, esses sentimentos constituam a única explicação, e para os outros sejam apenas um elemento condicionante.

A valoração ética: os riscos de uma dimensão absoluta

Os desafios contra a moral não só se apresentam no âmbito metafísico, mas também no campo concreto da normatividade. Se o valor orienta a conduta do homem rumo à sua própria realização, tem que ter um caráter vinculante e obrigatório para todas as pessoas. Portanto, o que é reto, deveria possuir uma validade permanente. Era a doutrina clássica de que a lei natural era basicamente imutável e só poderia mudar em alguns aspectos secundários. Análise desta natureza permitia deduzir uma série de exigências concretas para orientar a conduta humana nos diferentes campos de sua atividade. Com tais critérios éticos deveriam valorar-se todas as múltiplas possibilidades que se poderiam apresentar nas diferentes circunstâncias da vida. É verdade que semelhante apresentação aparece com outros matizes em muitos autores atuais, mas fica sempre uma idéia difusa e latente de que a moral é uma ciência a

¹⁰ Continua sendo útil e fundamental para uma fenomenologia dos valores éticos o livro de P. VALORI, *L'esperienza morale. Saggio di una fondazione fenomenologica dell'etica*, Morcelliana, Brescia 1976².

priori, no sentido de que julga a realidade a partir de princípios previamente configurados, e, por isso mesmo, uma ciência demasiado estática e pouco vulnerável aos avanços e progressos das ciências.

É lógico, então, que para muitos cientistas uma moral assim provoca uma série de dificuldades, até ao ponto de prescindirem de quaisquer exigências éticas ou de as ignorarem como se fossem ideologia alienante ou obstáculo à pesquisa. Não é, por conseguinte, estranho que alguns defendam a neutralidade da ciência, como uma defesa contra qualquer imperativo ético. A única obrigação consiste em avançar em frente e conhecer melhor os mistérios do universo.

E não há dúvida de que são múltiplas as perguntas e questões que atualmente se colocam à moral. Quando hoje se conseguiram avanços extraordinários e se trabalha com entusiasmo para alcançar outros objetivos, como se podem julgar essas possibilidades sem conhecer ainda suas conseqüências e sem um tempo suficiente de experimentação? Basta pensar nos êxitos técnicos obtidos com a inseminação artificial ou *in vitro*, e no horizonte imenso que se abre no campo da engenharia genética, — só para citar alguns temas de maior atualidade —, para compreender a justificação dessa pergunta¹¹. Repetir simplesmente os critérios éticos de Pio XII, como agora recordam alguns para condenar certas práticas, seria uma postura demasiado cômoda e pouco científica, porque se elimina o esforço de recolocação do problema e a possibilidade de progresso humano. A história demonstra, até os tempos mais recentes, que toda mudança ideológica ou técnica, que punha em perigo os esquemas tradicionais, nunca foi bem recebida pela moral cristã. Daí a impressão, muitas vezes existente, de que a vida vai adiante por um caminho paralelo e distante ao das normas éticas que um dia se termina aceitando o que anteriormente se condenou. Que valor tem, então, a moral no mundo das ciências?

¹¹ Sobre esta temática cito somente alguma bibliografia mais recente e que dá uma visão de conjunto. A. C. VARGA, *Problemas de Bioética*, Unisinos, São Leopoldo 1982. E. LÓPEZ AZPITARTE, "A fecundação artificial: problemas éticos", *Perspec. Teol.* 16 (1984) 151-166. C. CIROTTO-S. PRIVITERA, *La sfida dell'ingegneria genetica. Tra scienza e morale*, Citadella Editrice, Assisi 1985. A. SERRA, "Verso la manipolazione genetica dell'uomo? Premesse, prospettive e problemi". *Civiltà Cattolica* 136/1 (1985) 431-444 e 550-562. Th. GODFRAIND, "Les défis posés au chrétien par la technique médicale", *Rev. Théol. de Louvain* 17 (1986) 5-21. E. BROVEDANI, "L'ingegneria genetica. Aspetti scientifico-tecnici", *Aggiornamenti Sociali* 37 (1986) 517-534. J. A. ABRISQUETA, "Los desafíos de la nueva genética", *Verdad y Vida* 44 (1986) 29-41. O. GARCÍA PRADA, "Biogenética y responsabilidad: Elementos para una discusión del desafío biotecnológico", *Estudios Filosóficos* 35 (1986) 64-102. G. GUTIÉRREZ LÓPEZ, "Bioética y tecnología genética", *Cuadernos de realidades sociales*, nº 27-28 (1986) 23-37.

Os perigos de uma valoração histórica e evolutiva

Por outra parte, se para superar esse imobilismo e esclerose, a moral busca, como a ciência, uma evolução contínua para ir modulando suas conclusões em função das mudanças e do progresso, como podemos dar caráter absoluto ao que é histórico e provisório? Em outras palavras: é possível condenar agora uma conduta, com a força obrigatória que contém, quando talvez, dentro de pouco tempo, chegará a ser admitida? Não falamos obviamente daquelas exigências tão básicas, universais e evidentes que constituem o que poderíamos chamar o patrimônio ético da humanidade, mas de sua aplicação aos múltiplos problemas concretos que hoje se discutem. Precisamente esse pluralismo de interpretações e a necessidade de uma recriação constante fizeram a ética perder sua credibilidade. Também ela, como a ciência, tem de se basear sobre uma série de hipóteses, que não se podem aceitar até sua posterior verificação.

As dificuldades para uma ética normativa aumentam, quando as ciências antropológicas nos descobrem o influxo extraordinário da cultura na valoração moral. O conhecimento da realidade, com efeito, nunca se faz a partir de uma neutralidade absoluta, como se fosse possível sua existência despojada de todos os elementos culturais que a configuram e diversificam. Cada um se aproxima a ela e a conhece condicionado por esse mundo cultural. O que é reto e deve ser realizado, matiza-se, portanto, com esta nova dimensão, que valora as condutas com critérios diversos¹².

E este fator não só se dá entre períodos históricos, raças ou países diferentes, mas se faz também presente dentro de uma mesma geração, em qualquer grupo humano. A cultura que caracteriza o matemático não é a mesma que a do psicólogo, jurista, político ou historiador. É inevitável que, através da educação e da experiência da vida, cada pessoa fique aculturada de alguma maneira, o que sem dúvida a condicionará, mais ou menos positivamente, na valoração dos fatos e condutas. Influências que serão muito maiores, quando se vive dentro de um contexto cultural no qual se aceitam, como normais e lógicas, formas de proceder ou atuar inadmissíveis em outro diferente. As idéias, sentimentos, normas, costumes, que identificam a esse grupo, se assimilam e interiorizam de tal maneira que é quase impossível perguntar por sua justificação e validade. A diversidade de culturas explica também o pluralismo de éticas.

¹² Sobre este caráter histórico e evolutivo da moral tratei em *o.c.* (n. 2), vol. I, pp. 281-303. Além da bibliografia ali citada, cf. "Uma só fé, uma só Igreja, diversas morais?" *Concilium* n.º 170 (1981). J. M. AUBERT, "Mutations culturelles et physionomie éthique de l'homme", *Studia Moralia* 23 (1985) 5-28.

cas. E então, como é possível uma exigência absoluta?

Sem caráter absoluto, a moral deixa de ser uma ciência normativa. Teria, no máximo, um valor orientador para chamar a atenção sobre possíveis perigos, mas sem poder impor nenhuma verdadeira obrigação. As pistas, para a possível solução de todos estes problemas, poderiam ser encontradas, tendo em conta os elementos de que, a seguir, falaremos.

O diálogo com as ciências: exigências e limites

Se a moral é a ciência daqueles valores que servem para a plena realização do homem, a busca deste bem integral não é patrimônio exclusivo do moralista. Uma valoração ética não se pode efetuar *a priori*, sem ter em conta os estudos realizados pelas ciências e haver analisado as conseqüências e efeitos posteriores, que derivam de uma conduta¹³. Todo valor ético deve encontrar aqui sua fundamentação, muito mais que numa tentativa de deduzir de uma natureza abstrata e metafísica o que é bom para o homem. Quando adjetivamos uma conduta como indigna é porque a reflexão sobre a experiência nos fez descobrir que por esse caminho não é possível a humanização. Santo Tomás tem uma visão do pecado profundamente humanizante, apesar de sua dimensão religiosa e transcendente, quando afirma que "Deus não é ofendido por nós, senão na medida em que atuamos contra o nosso próprio bem"¹⁴. A ofensa de Deus radica na destruição do homem, e para saber quando uma conduta nos destrói são necessários também os dados oferecidos pelas ciências.

Isto não significa deixar a moral em mãos de cientistas ou reduzi-la a simples técnica. Não tudo o que se pode, deve-se fazer. Também as ciências têm que sentir-se condicionadas pela moral. A pretensa neutralidade científica é tão impossível quanto a neutralidade política. Toda investigação se realiza com fins específicos, produz determinadas conseqüências, e se realiza com meios concretos, que necessariamente vêm condicionar sua dimensão ética. Não tê-lo em conta nos levaria à irracionalidade das ciências, que os próprios cientistas denunciaram, e que mo-

¹³ Cf. a bibliografia da nota anterior e A. MOSER, "Teologia moral e ciências humanas. Antigos e novos desafios", *REB* 45 (1985) 227-224. W. ROMO, "El diálogo entre ciencia y ética, con especial referencia a la ciencia médica", *Teología y Vida* 27 (1986) 111-123.

¹⁴ *Summa contra gentes*, III, 122.

tivou, por isso mesmo, a necessidade de comitês de ética para evitar, em alguns casos, os possíveis riscos e perigos¹⁵.

É natural, portanto, que os novos progressos técnicos e as mudanças culturais muitas vezes ponham em crise as valorações éticas anteriores, que se concretizarão sob outros esquemas diferentes. O diálogo nestas ocasiões se impõe com maior urgência. Não basta simplesmente repetir o anterior e condenar de imediato as novas possibilidades. O que talvez, a partir de outros pressupostos, não era admissível — entre outras razões, porque era também inédito e desconhecido —, agora exige outras matizações diferentes. A nova situação requer uma nova colocação do problema e uma nova análise, para ver se os enunciados tradicionais seguem ainda tendo vigência ou precisam de outra formulação mais adequada.

A moral, como dinamismo que busca o que é melhor para o homem, poderia ficar afogada por uma moralidade, como normativa concreta e mais circunstancial, ao atribuir-se-lhe um caráter absoluto que nem sempre tem. Para não trair um valor concreto, fecha-se a possibilidade de um conhecimento maior. E é que, neste campo, não deveríamos esquecer nunca que, se existe uma mentira que perverte a verdade conhecida, existe também um "espírito de mentira" que impossibilita o encontro e a conquista de outras verdades¹⁶. Uma ética que se sentisse satisfeita com a guarda do já conhecido, logo se converteria num objeto de museu, e seria preciso considerá-la como autêntica imoralidade.

Firmeza e relatividade da normativa ética

Por isso, sobretudo quando se trata de refletir sobre situações inéditas, se deveria defender uma certa moral do provisório. Será necessário lembrar certos valores mais fundamentais, pois qualquer progresso que os elimine terá perdido sua dimensão humanizante. E um avanço

¹⁵ Para ver como nenhuma experiência científica pode ser eticamente neutra, M. VIDAL, "Ética de la actividad científico-técnica", *Moralia* 5 (1983) 419-443. Sobre a necessidade de algum controle, F. A. ISAMBERT, "De la bio-éthique aux comités d'éthique", *Études* 358 (1983) 671-683. J. R. VILLANUEVA — I. GARCÍA, "Aspectos éticos de la ingeniería genética", *Cuadernos de realidades sociales*, nº 27-28 (1986) 11-22.

¹⁶ Cf. P. LADRIÈRE, "L'esprit de mensonge dans le discours théologique" e R. SUBLON, "Songes et mensonges. Sur quelques façons de parler, d'enseigner, de gouverner", *Supplément* 34 (1981) 519-529 e 559-578. E. LÓPEZ AZPI- TARTE, "Meditación ingenua sobre la verdad", *Proyección* 33 (1986) 197-204.

técnico, que supõe um "custo" autêntico de humanidade, não teria nenhuma justificação, se o que buscamos, como projeto definitivo, é a autorealização da pessoa. Mas, antes de lançar uma condenação, é necessário talvez, um tempo de reflexão e experiência para que, com todos os dados recolhidos, se descubra o valor ético dessa nova possibilidade. A normativa vigente servirá, inclusive, como uma chamada de atenção que convida à prudência para evitar os perigos de uma aventura precipitada.

Desta forma, a moral mantém sua função, porque levantará sua voz de protesto para denunciar aquelas condutas — e até culturas — que constituem um atentado contra a dignidade do homem, e procurará concretizar esses valores, tendo em conta os fatores científicos e culturais de cada momento histórico. Algumas dessas normas e critérios éticos alcançarão um valor mais absoluto, formando parte do que antes chamávamos o patrimônio ético da humanidade, porém outras terão um caráter mais histórico e evolutivo.

Nessas circunstâncias, a moral deveria ser uma ciência humilde e aberta a todos os dados e opiniões para oferecer, depois de uma séria reflexão e da experiência necessária, o que agora parece melhor para o homem. Não se deve pretender elaborar uma ética que sirva para o ano 2.000, mas sim justificar o que, de acordo com os conhecimentos científicos e culturais do momento presente, julgamos um valor moral. Mais adiante, quando, por mudarem-se esses conhecimentos, for necessário, será preciso perguntar de novo pela exatidão dos juízos anteriores. Uma moral, sem essa dimensão histórica em alguns pontos, perderá por completo sua credibilidade frente ao homem moderno.

A dimensão política da moral

A partir desses desafios, poder-se-ão apresentar outros, como dizíamos ao princípio, mas que não serão senão a concretização destes mais fundamentais ao campo mais particular de cada ciência¹⁷. No entanto, gostaria de apontar ainda um último desafio de especiais características pela dimensão macro-social que estão tomando todos os maiores problemas que afetam a humanidade.

A esfera privada ficou demasiadamente pequena e ineficaz para conseguir uma solução adequada. O homem se sente dominado pela força das estruturas e ideologias dominantes, pelos interesses políticos e econômicos das grandes potências e empresas, pelas exigências de leis

¹⁷ Veja-se, por exemplo, M. GÓNGORA, "Desafíos de la Historia a la Teología", *Teología y Vida* 27 (1986) 125-143. I. LOBO, *Una moral para tiempo de crisis*, Sígueme, Salamanca 1975.

e mecanismos supraindividuais e complexos, que experimenta uma sensação de incapacidade e impotência absoluta. Dentro dessa máquina gigantesca, somente realiza uma função pequena, como a de qualquer peça que pode ser substituída, em caso de não servir para o bom funcionamento. Dir-se-ia que só desempenha um papel imposto e programado pelo outro, papel que ultrapassa as próprias possibilidades de um contrato, que o vincula à realização de alguns objetivos que não dependem já de sua decisão pessoal. A busca da própria perfeição e o ficar satisfeito por não ter nenhuma culpa, não seria no fundo, uma postura demasiado hipócrita para considerá-la como ética? Em outras palavras: é possível sentir-se com as mãos limpas, quando participamos de um mundo perverso e manchado?

Esta impotência do indivíduo para mudar as estruturas sociais pecaminosas — que fomentam e condicionam, por sua vez, as falhas pessoais — tampouco deveria provocar, como acontece com muita frequência, uma moral retórica da denúncia e do lamento. Seria uma imagem demasiadamente fatalista, como se não houvesse outra alternativa que a do conformismo e resignação, e uma confissão explícita de que a moral só conserva, nessas circunstâncias, simples caráter testemunhal.

A fé daria ao cristianismo uma visão muito mais comprometida na luta contra esse "mistério de iniquidade", para levar a termo a vitória de Cristo que "tira o pecado do mundo". No entanto, mesmo desde uma perspectiva humana, o único sensato seria acentuar, com mais ênfase e força que nunca, a dimensão política, no sentido mais autêntico da palavra, de qualquer ética moderna¹⁸. Um desafio a que, talvez, não tenhamos respondido ainda com a rapidez e insistência suficientes.

Tradução: João Inácio Wenzel S.J.

¹⁸ O tema foi discutido na última assembléia do Sínodo sobre a reconciliação e penitência, ao tratar do pecado coletivo, e depois na posterior Exortação Apostólica de João Paulo II. Os diferentes matizes das intervenções podem ser vistos em F. LÓPEZ AZPITARTE, "El tema del pecado en los documentos del Sínodo del 83" em *Miscelánea Augusto Segovia*, Facultad de Teología, Granada 1986, pp. 359-408. Também A. MOSER, "Mais desafios para a teologia do pecado, *REB* 40 (1980) 682-691. J. ADUNATE, "El pecado social, teoría y alcance", *Teología y Vida* 24 (1983) 99-110. A. RODRÍGUEZ GARCÍA, "Las estructuras sociales y los pecados colectivos: necesidad de un discernimiento eclesial urgente", *Communio* (Madrid) 6 (1984) 455-468. J. I. GONZÁLEZ-FAUS, "Pecado estructural. Pecado del mundo", *Rev. Latinoamericana de Teología* 3 (1986) 83-110.